

Dirceu confirma que teve escritório invadido e espionado

O ex-ministro José Dirceu confirmou, em texto publicado em seu *blog*, a informa o publicada pela revista *Veja*, de que o seu escritório foi invadido em março e que a suspeita era de uma invasão de arapongas disfarçada de roubo. Segundo Dirceu, ele   alvo de escutas telef nicas ilegais feitas pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

 ?Obra de profissionais. A porta não foi arrombada e levaram apenas a CPU do computador. Os ladrões não se interessaram por mais nada?*, escreveu Dirceu. Segundo ele, policiais queriam envolvê-lo  ?a qualquer custo? na Opera o Satiagraha.  ?Daí o grampo em meu telefone e no de familiares. Não encontraram nada que me compromettesse, como não vão encontrar nada. ?

A *Veja*, na mesma reportagem que trouxe a transcri o de conversa grampeada entre o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o senador Dem sthenes Torres (DEM-GO), informava também que José Dirceu avisou em junho ao presidente Lula sobre sua desconfiança.  ?Em público, o ministro não faz acusa es diretas contra ninguém, mas, para o presidente, ele foi explícito: Dirceu acusa o atual diretor da Abin, Paulo Lacerda, e o ministro da Justiça, Tarso Genro, de estarem por tr s de um compl  para prejudicá-lo, recorrendo a supostas a es ilegais contra ele, inclusive a invasão do escritório?*, afirmou a revista.

Em seu *blog*, José Dirceu reclama do vazamento de grava es sob sigilo por integrantes da Polícia Federal. Diz que  ?tem que ter um basta? nas intercepta es telef nicas e afirma que a Abin não pode emprestar seus agentes para opera es da PF, sem que haja um pedido formal ou um acordo entre as duas institui es.  ?A cessão informal de agentes, como parece ter ocorrido na Opera o Satiagraha, apesar dos desmentidos do diretor da Abin, delegado Paulo Lacerda,   uma afronta ao Estado de Direito?*, escreveu.

Leia o texto publicado por Dirceu

Basta de ilegalidades

Tenho insistido, aqui neste blog, sobre a necessidade de as investiga es policiais observarem o devido processo legal e o respeito aos direitos constitucionais do cidadão. Entre estes, um dos mais caros   o direito   privacidade. O combate ao crime e   corrup o tem que ser firme e contínuo, mas não pode ser feito utilizando recursos ao arrepio da lei, sob pena de se comprometer todo o processo  ? em benefício dos acusados.

Mais uma vez, integrantes da Polícia Federal (PF) recorrem ao vazamento de grava es sob sigilo. E mais uma vez um órgão de imprensa publica o vazamento, tornando-se co-autor da quebra de sigilo. Não importa que desta vez, supostamente, o vazamento seja para provar eventuais excessos da PF que teria grampeado conversa do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, com o senador Dem sthenes Torres (DEM-GO), como revela matéria publicada por VEJA no final da semana.



O grava e vaza tem que ter um basta, da mesma forma que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) não pode ceder seus agentes para participar de operações da PF, sem que isso seja feito formalmente mediante solicitação ou acordo. A cessação informal de agentes, como parece ter ocorrido na Operação Satyagraha, apesar dos desmentidos do diretor da ABIN, delegado Paulo Lacerda, é uma afronta ao Estado de Direito.

No que se refere a mim, a informação publicada por VEJA referente ao arrombamento do meu escritório de advogado, na Vila Clementino, em São Paulo, é verdadeira. De fato, meu escritório foi invadido em um fim de semana (15 ou 16 de março deste ano, fiz o Boletim de Ocorrência na manhã da 2ª feira, 17.03). Obra de profissionais. A porta não foi arrombada e levaram apenas a CPU do computador. Os “ladrões” não se interessaram por mais nada.

Minha desconfiança sobre a natureza do arrombamento se transformou em certeza quando soube por um amigo advogado, que ouviu de policiais que queriam me envolver, a qualquer custo, na Operação Satiagraha. Daí o roubo. Daí o grampo em meu telefone e no de familiares. Não encontraram nada que me comprometesse, como não vão encontrar nada.

Durante todo o primeiro semestre do ano fui vítima de vários vazamentos, a partir de escutas e investigações em pelo menos quatro investigações. Em nenhuma delas nada ficou provado contra mim. Na verdade, eu não tinha nada a ver com nenhuma delas, mas foram vazadas informações para a mídia com o objetivo de atingir minha honra e minha imagem.

Numa destas, sobre as relações do Corinthians com o MSI, meu sigilo telefônico foi quebrado, mediante autorização judicial. Um verdadeiro abuso de autoridade, já que não há nada no inquérito e na denúncia que autorize tal providência. Todas as autoridades responsáveis pelos inquéritos e investigações, que vazaram para a imprensa informações com o objetivo de me atingir e estão impunes, cometeram crimes. Abusaram de suas prerrogativas e funções. Nada aconteceu com elas.

O fato de ser inocente não é razão para que eu compactue com essa invasão de privacidade ilegal e desrespeito aos meus direitos constitucionais. Não sei quem foi o mandante. Denunciei o fato às autoridades e continuarei na defesa intransigente do Estado de Direito, não importa quem seja o atingido.

Autores: Redação ConJur